



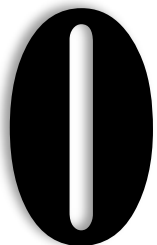
# Carteira de Iniciativas e Ações Estratégicas

- ➔ **Iniciativas Estratégicas do Planejamento Estratégico do MPM**  
(ciclo 2023 a 2026)
- ➔ **Ações estratégicas do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público Brasileiro**  
(triênio 2024-2026)

**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**

Planejamento Estratégico

# INTRODUÇÃO



O presente documento apresenta as **Iniciativas Estratégicas do Planejamento Estratégico do MPM** (ciclo 2023 a 2026) e as **Ações Estratégicas do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público brasileiro** (triênio 2024-2026) que foram selecionadas para serem implementadas em 2024.

As **Ações Estratégicas do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público brasileiro** (triênio 2024-2026) são exigências constantes no *OFÍCIO-CIRCULAR nº 6/2024/CPE, de 04 de março de 2024*. Segundo o referido ofício, cada Ministério Público terá que selecionar 31 ações estratégicas, dentre as propostas pelo Planejamento Estratégico Nacional, a serem implementadas por ano, ao longo do triênio 2024-2026.

# Iniciativas Estratégicas

PE MPM - Ciclo 2023 a 2026



## FINALÍSTICAS

Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Responsável pela iniciativa	Definição da Iniciativa
1. Buscar maior efetividade na repressão criminal	Estudo para unificação de sistemas processuais	DDJ	Estudar solução visando a racionalização dos sistemas afetos à atividade finalística.
2. Reduzir a prescrição de crimes militares	Sistema de Controle de Prazo Prescricional	DDJ	Definir e implantar sistema para controle de prazos prescricionais
3. Fortalecer a atuação resolutiva do MPM	Elaboração de Plano de Atuação e Gestão das Promotorias, Procuradorias, Ofícios, Centros de Apoio e Órgãos Congêneres das Unidades e Ramos ministeriais como parâmetro para indicador de resolutividade.	CORGE	É recomendado que as Unidades e Ramos do Ministério Público brasileiro elaborem plano de atuação e gestão de seus órgãos de Administração e Execução. RECOMENDAÇÃO N.º 01, DE 15 DE MARÇO DE 2023, da Corregedoria Nacional do Ministério Público.
	Fortalecimento do serviço da Ouvidoria	OUVID.	Aperfeiçoar os serviços da Ouvidoria, por meio do mapeamento de lacunas, identificação de pontos críticos de melhoria e de transformação, incluindo a integração com sistema processual, bem como maior divulgação de suas atribuições. Fomentar a participação do MPM no sistema ouvidoria.
	Valorização da CCR na vertente de coordenação	CCR	Estruturar a CCR para maior atuação na vertente de coordenação.
4. Aumentar a eficácia na prevenção de crimes militares e à revitimização	MPM Resolutivo	GAB / CGI	Elaborar programa propositivo de ações preventivas e resolutivas decorrentes de mapeamento dos delitos militares de maior incidência e relevância, visando à redução da ocorrência de crimes Militares.
			Mapeamento de risco de irregularidade na gestão pública. Criação e monitoramento de painéis de indicadores de dados e informações estratégicas sobre ilegalidades/tipos de crime/localidade/tipo de Força (Marinha, Exército, Aeronáutica). Criação de núcleo de análise de dados.



# FINALÍSTICAS

Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Responsável pela iniciativa	Definição da Iniciativa
<b>5. Aprimorar as atividades investigativas e de inteligência, com ênfase no combate à criminalidade complexa e à corrupção</b>	Programa de fortalecimento da Polícia Judiciária Militar	GAB/PGJM	Aumentar a qualidade dos inquéritos policiais militares, por meio do fortalecimento da Polícia Judiciária Militar.
	Atuação em rede de inteligência integrada entre Mps e/ou entre MPs e órgãos de segurança pública e sistema prisional. Exigência do PEN-MP.	SPAI	Ampliar a atuação do MPM em redes de inteligência. Exigência do PEN-MP.
	Criação ou fortalecimento das estruturas de TI no combate ao crime organizado. Exigência do PEN-MP.	SPAI	Fortalecer as estruturas de TI do MPM no combate ao crime organizado. Exigência do PEN-MP.
	Elaboração e implementação de programa de capacitação de membros e servidores para investigação e persecução de organizações criminosas e crimes correlatos. Capacitação de grupos específicos de combate à corrupção e defesa do patrimônio público. Exigência do PEN-MP.	SPAI	Fomentar a capacitação de membros e servidores em investigação de crimes e combate à corrupção.
	Aperfeiçoamento da apuração de eventuais evoluções patrimoniais e redes de relacionamento contratual nas investigações de crimes relacionados à corrupção. Exigência do PEN-MP.	SPAI	Aperfeiçoar a investigação de crimes.
	Criação ou fortalecimento de estrutura de execução especializada no combate ao crime organizado. Exigência do PEN-MP.	SPAI	Aperfeiçoar o combate ao crime.
	Fomento à integração de sistemas de informação e ferramentas tecnológicas utilizados na investigação de corrupção e improbidade administrativa.	SPAI	Aperfeiçoar o combate ao crime com suporte do uso de tecnologia da informação.
<b>6. Fortalecer a atuação coordenada, transversal e harmônica na promoção e na defesa dos direitos humanos e proteção dos direitos das vítimas</b>	Projeto mostra a cara MPM – Política Institucional de Igualdade de Gênero e Igualdade Étnico-racial	SDHRI/Ouvidoria das Mulheres	Estabelecer a Política Institucional de Igualdade de Gênero e Igualdade Étnico-racial.
	Elaboração de Política Institucional de proteção integral e de promoção de direitos e de apoio às vítimas de crime militar.	Secretaria de Promoção dos Direitos das Vítimas (SPDV)	Originada do Enunciado 10, aprovado no 9º Encontro do Colégio de Procuradores de Justiça Militar: O Ministério Público Militar deverá estabelecer a política institucional de proteção integral e de promoção de direitos e de apoio às vítimas de crime militar, visando elaborar um protocolo de atuação.
<b>7. Ampliar a atuação do MPM no plano internacional</b>	-	-	-



## SUPOORTE E GESTÃO

Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica	Responsável pela iniciativa	Definição da Iniciativa
8. Fortalecer os processos de comunicação e a imagem Institucional	Reformulação da página eletrônica do MPM (www.mpm.mp.br), com fortalecimento e transformação dos canais de interação internos e externos	SECOM	Melhorar a página do MPM para melhor comunicação institucional.
	Campanhas "o que o MPM faz" e "o que o MPM pode fazer por você"	SECOM	-
	Programa de sensibilização e capacitação sobre comunicação para Procuradorias de Justiça Militar	SECOM	Aumentar a participação das PJMs na comunicação institucional.
9. Aprimorar os mecanismos de valorização de pessoas e bem-estar no trabalho	Projeto (plano) de qualidade de vida e valorização de pessoas	DGP	Conjunto de ações estruturadas de gestão da Qualidade de Vida no Trabalho
10. Ampliar a eficácia das ações de lotação, movimentação e desenvolvimento	Gestão por Competências	DGP	Mapeamento das Competências Específicas das Unidades Selecionadas e Desenvolvimento das Competências Comuns.
11. Aprimorar integração entre planejamento institucional e gestão orçamentária	-	-	-
12. Aprimorar a gestão de dados e informações, bem como a segurança da informação	Estruturação do Plano de atendimento da LGPD	Assessoria de Proteção de Dados Pessoais (ASSPRO)	Implementar as determinações da LGPD no MPM
13. Aperfeiçoar a Governança Institucional	-	-	-
14. Aprimorar a gestão da sustentabilidade em toda sua forma de atuação	Revisão e Gestão do Plano de Gestão de Logística Sustentável	CGA	Revisar o Plano de Logística Sustentável do MPM, bem como aprimorar sua gestão e monitoramento.

# Ações Estratégicas

## PEN MP - triênio 2024-2026

**A**ções estratégicas selecionadas para 2024:



### FINALÍSTICAS

Perspectiva	Objetivo	Programa	Ação Estratégica
RESULTADOS PARA A SOCIEDADE	1.1. Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público.	Fomento e promoção do fortalecimento da Segurança Pública.	Fomentar a criação de bases de dados compartilhadas para rastrear e analisar indicadores criminais, possibilitando uma tomada de decisão baseada em dados mais eficaz.
		Fomento à integração dos Órgãos de Inteligência das unidades e ramos do Ministério Público.	Estabelecer bases de dados unificadas que permitam pesquisar informações sobre pessoas investigadas, réus e testemunhas.
	1.2. Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas.	Priorização da persecução dos crimes de organizações criminosas, dos feminicídios, dos crimes contra a imprensa e dos crimes violentos, hediondos e equiparados.	Aprimorar a persecução patrimonial de Organizações Criminosas, compartilhando dados com a Receita Federal, COAF, DETRAN e Cartórios de Imóveis.
	1.3. Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação institucional.	Articulação dos MPs para atuação em rede, visando fomentar parcerias com outros órgãos	Fomentar a obtenção de dados e informações relevantes, buscando cooperação técnica com outros órgãos, como Tribunais de Contas (TCs) e Ministérios/Secretarias etc.
			Promover a cooperação entre os MPs visando ao intercâmbio de iniciativas de inovação.
			Estabelecer parcerias e cooperação mútua entre os MPs, inclusive para permitir consultas de antecedentes de investigados em uma base geral ou compartilhada.
	1.4. Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda a atividade ministerial	Fomento à articulação em redes com órgãos e instituições públicas e entidades da sociedade civil para a defesa do patrimônio público e o combate efetivo à corrupção.	Promover o compartilhamento das ferramentas desenvolvidas pelos órgãos de controle, como Painéis de Business Intelligence (BI), para facilitar a atuação das instituições de controle, como Ministério Público, Tribunais de Contas, Polícia e a sociedade em geral.
	1.5. Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social	Fomento ao aperfeiçoamento das redes de controle interno e externo nos órgãos públicos, visando aprimorar o compliance administrativo e a integridade nas contratações públicas.	Exigir que o controle interno seja exercido por servidores titulares de cargos efetivos, aprovados em concursos específicos, para garantir a estabilidade e a qualificação no controle.
			Monitoramento do ciclo orçamentário do poder público para a implementação de Políticas Públicas.



## FINALÍSTICAS

Perspectiva	Objetivo	Programa	Ação Estratégica
RESULTADOS PARA A SOCIEDADE	1.6. Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos	Priorização de práticas resolutivas de atuação ministerial visando autocomposição.	Promover uma atuação resolutiva e planejada, baseada em dados e evidências, como uso da tecnologia.
			Promover uma cultura organizacional que valorize e promova autocomposição como um método eficaz e preferencial de resolução de conflitos, inclusive para fins de mensuração de resultados.
			Promover a capacitação dos integrantes do MP em relação às soluções autocompositivas, demonstrando a importância da formação para implementar essas práticas.



## ESTRUTURANTES

Perspectiva	Objetivo	Programa	Ação Estratégica
PROCESSOS INTEGRADORES	2.1. Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados	Aprimoramento da governança institucional.	Promover o engajamento de membros e a adesão aos projetos estratégicos, enfatizando a importância do comprometimento com as metas institucionais.
			Estabelecer um modelo de governança para orientar as práticas de gestão e tomada de decisão dentro dos MPs.
	2.2. Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação	Fortalecimento de estrutura de gestão sustentável.	Promover soluções tecnológicas inovadoras, integradas e eficientes para todo o Ministério Público, destacando a importância da tecnologia na modernização das operações.
			Fomentar boas práticas organizacionais com foco nos critérios ambientais, sociais e governança (ESG).
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	3.1. Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários.	Alinhamento e integração da gestão orçamentária aos objetivos institucionais.	Realizar reuniões de planejamento e monitoramento com os setores demandantes de produtos e serviços para alinhar o orçamento com as necessidades estratégicas, estabelecendo uma cultura de participação ativa das unidades administrativas.
			Fomentar a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) com base nos objetivos institucionais, desdobrando-o no orçamento da unidade.
	3.2. Estabelecer a gestão administrativa compartilhada e padronizada	Aprimoramento dos processos de compras e contratações por meio da padronização e definição de critérios de qualidade.	Estruturar a governança das contratações para garantir um processo mais eficaz e transparente, inclusive incentivando o compartilhamento de boas práticas de gestão com outras unidades.
			Criar um modelo de gestão de risco para a fiscalização de contratos, visando identificar e mitigar possíveis ameaças e garantir a conformidade contratual.
	3.3. Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional.	Contribuição para a melhoria da comunicação com a sociedade e para o fortalecimento da imagem institucional do MP.	Promover e atualizar a política de comunicação para atender às necessidades atuais.
			Realizar pesquisas com o público interno para conhecer as suas demandas.



## ESTRUTURANTES

Perspectiva	Objetivo	Programa	Ação Estratégica
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	3.4. Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho.	Promoção do bem-estar físico e mental no ambiente de trabalho.	Sensibilizar os líderes de equipes para garantir que eles apoiem e promovam uma cultura de saúde mental positiva no local de trabalho.
		Desenvolvimento, avaliação e aprimoramento de competências técnicas e comportamentais, com foco em resultados.	Incrementar as políticas de reconhecimento e incentivo para servidores destacados, promovendo o reconhecimento das contribuições individuais.
	3.5. Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras	Promoção da transformação digital, por meio de soluções tecnológicas integradas, inovadoras e compartilháveis, com foco na experiência do usuário.	Fomentar a transformação digital, por meio de treinamentos e workshops, buscando criar uma cultura digital integrada.
			Participar de medidas visando à integração e colaboração entre MPs para permitir a troca de informações e compartilhamento de dados.
		Aprimoramento da segurança da informação, da infraestrutura e da gestão de riscos para garantir a continuidade dos serviços de TI.	Definir um mapa de riscos na área de TI, visando compartilhamento com outras unidades do MP, para avaliar e colaborar na proposição de soluções.